

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3
Edifício Adail Belmonte
Brasília - DF - CEP: 70070-600
Telefone: (61) 3366-9100
www.cnmp.mp.br

SUMÁRIO

Presidência.....	1
Secretaria-Geral.....	26
Plenário.....	28
Corregedoria Nacional.....	29

PRESIDÊNCIA

DECISÃO DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

NOTÍCIAS DE FATO Nº 01.004358/2019

Interessado: Rogério Roth.

DECISÃO

(...) Ante o exposto, considerando as hipóteses previstas no art. 130-A, § 2º, da Constituição da República, com fundamento nos arts. 2º e 12, inc. XXX, ambos do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (RICNMP), e 1º, inc. II, da Portaria CNMP-PRESI nº 15/2018, determino o arquivamento dos presentes autos, além do encaminhamento de cópia ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para conhecimento e providências.

Comunique-se. Publique-se.

Brasília-DF, 11 de setembro de 2019.

CRISTINA NASCIMENTO DE MELO

Secretária-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

14ª Sessão Ordinária de 2019

Dia: 24/09/2019

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO**PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS**

1) Aprovação da Ata da 13ª Sessão Ordinária (10/09/2019).

Pedido de Vista em 26/03/2019

2) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000052/2018-13
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo
Assunto: Visa à realização de vistoria técnica na Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica – Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedido de Vista em 09/04/2019

3) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000226/2014-14 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000183/2012-13)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Assunto: Processo administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão (27/08/2019)

- 4) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000089/2018-41
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa à realização da 2ª Vistoria Técnica da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro no Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica – Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Origem: Distrito Federal
- 5) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000090/2018-76
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco
Assunto: Visa à realização da 2ª Vistoria Técnica da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro no Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica – Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Origem: Distrito Federal
- 6) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000091/2018-11
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco
Assunto: Visa à realização da 2ª Vistoria Técnica da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro no Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica – Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Origem: Distrito Federal
- 7) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000006/2019-03
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Assunto: Visa à realização de visita técnica no Estado do Maranhão em relação ao sistema socioeducativo e de acolhimento institucional, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (24/09/2019)

8) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000081/2019-66



Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Visa à realização de vistoria técnica da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro no Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica – Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Origem: Distrito Federal

9) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000082/2019-19
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado da Bahia
Assunto: Visa à realização de vistoria técnica da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro no Ministério Público do Trabalho no Estado da Bahia.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica – Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Origem: Distrito Federal

10) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000083/2019-55
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público Federal no Estado da Bahia
Assunto: Visa à realização de vistoria técnica da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro no Ministério Público Federal no Estado da Bahia.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica – Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 05/07/2017

1) Proposição n.º 1.00056/2017-10
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 10/10/2017

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 28/11/2017

3) Proposição n.º 1.00973/2017-77

Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Declarar a incompetência do CNMP para questões atinentes ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedido de Vista em 12/12/2017

- 4) Proposição nº 1.00582/2017-16
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Lauro Machado Nogueira

Pedido de Vista em 27/02/2018

- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 26/06/2018

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77
Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista
Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB nº 12.902
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional da Paraíba
Advogado: Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF nº 19.979
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação de não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios. Pedido liminar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Paraíba
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 28/08/2018

- 7) Proposição nº 1.00513/2018-48
Requerente: Conselheiro Luciano Nunes Maia Freire
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Priorização da persecução penal relativa aos crimes contra vida, integridade física e de ameaça, tentados e consumados, praticados contra jornalistas, profissionais de imprensa e comunicadores no Brasil, no exercício da profissão ou em razão dela.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista em 11/09/2018

- 8) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00669/2018-38
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Portaria CNMP-CN nº 183/2018. Inquérito Civil nº MPPR-0046.15.019762-5. Expedição e cumprimento de notificação pessoal, contrariando deliberação firmada por Grupo Especializado na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa. Divulgação de assunto sigiloso. Reclamação Disciplinar nº 1.00353/2018-55.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Pedidos de Vista em 25/09/2018

- 9) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
- 10) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Maranhão
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 27/11/2018

- 12) Proposição nº 1.00107/2018-76
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 7º, § 3º e do art. 54, § 1º, do Regimento Interno do CNMP.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 12/02/2019

- 13) Proposição nº 1.00757/2018-11
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução n.º 92/2013. Alteração do §1º e inclusão do §9º no art. 36. Instauração de procedimentos administrativos a partir de denúncias anônimas.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Pedido de Vista em 09/04/2019

- 14) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00872/2018-78 (Recurso Interno)
Recorrente: Thais Takahashi
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
Interessado: Luis Cesar Soares Boldrin Junior
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Excesso de prazo. Condução do Inquérito Civil nº 0094.11.000020-8. Conforme Acórdão proferido no Recurso Interno do Processo nº 1.00090/2017-76.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Paraná
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedidos de Vista em 23/04/2019

- 15) Reclamação Disciplinar nº 1.00878/2018-08 (Recurso Interno)
Recorrente: Anderson Pomini
Advogado: Alberto Zacharias Toron – OAB/SP n.º 65371
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva
- 16) Proposição nº 1.01146/2018-27
Requerente: Sebastião Vieira Caixeta
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Acrescenta inciso ao art. 18, do RICNMP.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedido de Vista em 14/05/2019

- 17) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00194/2018-16
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Juliana Lemos Costa – OAB/MG n.º 118956
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inércia. Regulamentação de ato normativo. Lei Complementar nº 116/2011 e Lei Ordinária n.º 22.404/2016, ambas do Estado de Minas Gerais. Recomendação CNMP nº 52/2017. Realização de reuniões

de conciliação para elaboração de texto final a ser publicado. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Sebastião Caixeta Vieira

Pedidos de Vista em 28/05/2019

- 18) Pedido de Providências nº 1.00352/2018-00
Requerente: Giovanni Rosado Diogenes Paiva
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Interessado: Erickson Girley Barros dos Santos
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Reforma da decisão proferida pelo Conselho Superior relativamente à promoção por merecimento para provimento do cargo de 12º Procurador de Justiça. Determinação ao Conselho Superior para que no julgamento dos processos de promoção/remoção por merecimento, na formação da lista triplíce, realize uma votação específica para cada vaga da lista.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Lauro Machado Nogueira
- 19) Proposição nº 1.00444/2018-08
Requerente: Erick Venâncio Lima do Nascimento
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Política Nacional de Atendimento ao Público no âmbito do Ministério Público e dá outras providências.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sebastião Caixeta Vieira
- 20) Proposição nº 1.00537/2018-51
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acréscimo do inciso IV ao art. 1º da Resolução n.º 40, de 26 de maio de 2009. Cômputo de serviço voluntário que exija a prática reiterada de atos que demandem a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos. Comprovação de atividade jurídica em concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sebastião Caixeta Vieira

Pedidos de Vista em 11/06/2019

- 21) Proposição nº 1.00077/2016-72
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Valter Shuenquener de Araujo
- 22) Proposição nº 1.01124/2017-30
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda regimental. Alteração do art. 109, do Regimento Interno. Revisão de Processo Disciplinar. Princípio da colegialidade. Necessidade de quórum qualificado para o conhecimento do pedido de revisão. Fixação de parâmetros objetivos para o conhecimento do pleito revisional.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior



Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

- 23) Proposição nº 1.00971/2018-50
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Critérios para criação e sobre a atribuição dos cargos em comissão nos âmbitos do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, em todas as suas ramificações.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
Cons. Lauro Machado Nogueira
- 24) Proposição nº 1.01042/2018-77
Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração dos artigos 109 e 144, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
- 25) Pedido de Providências nº 1.00069/2019-05 (Recurso Interno)
Recorrente: Karla Cecília Luciano Pinto – OAB/ES n.º 3442
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Interessado: Cláudio José Ribeiro Lemos
Advogado: Renan Sales Vanderlei – OAB/ES n.º 15.452 e outros
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Alegação de condutas irregulares em sede de processo judicial. Alegação de vínculo de parentesco com juízes por parte do representante ministerial.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva
- 26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00293/2019-98
Requerentes: Adalvo Nunes Dourado Júnior e Outros
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição do Ato nº 158/2019, do Conselho Superior. Determinação de suspensão dos efeitos da remoção por permuta. Desvios de legalidade e moralidade. Pedido liminar.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Bahia
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Pedidos de Vista em 27/08/2019

- 27) Proposição nº 1.00891/2018-03
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

- 28) Reclamação Disciplinar nº 1.00428/2019-15 (Recurso Interno)
Recorrente: Katia Regina de Abreu Gomes
Advogado: Arno Jerke Junior – OAB/DF n.º 27681
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00435/2019-07 (Recurso Interno)
Recorrentes: Ana Rita Coelho Colaço Dias; Carlênio Mário Lima Brandão; Daliana Monique Souza Viana; Filipe Venancio Cortês; Gustavo de Queiroz Zenaide; Otávio Machado de Alencar; Renata Santana Pêgo; Vinicius Henrique Campos da Costa
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. XXIV Concurso Público para Provimento de Cargos de Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto de 1ª Entrância. Cargos vagos. Solicitação de nomeações. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedidos de Vista em 10/09/2019

- 30) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00975/2018-74
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins
Advogados: Fernando da Costa Tourinho Neto – OAB/DF n.º 42.483(S); Cezar Roberto Bitencourt – OAB/RS n.º 11.483; Izabela Lobo Bueno – OAB/DF n.º 54.733 (S)
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. Improbidade Administrativa. Prática incompatível com o cargo. Acórdão proferido nos autos da Revisão de Decisão Monocrática na Sindicância nº 1.00844/2017-51.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
- 31) Reclamação Disciplinar nº 1.00212/2019-78
Requerente: José Renan Vasconcelos Calheiros
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Paraná
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
- 32) Proposição nº 1.00221/2019-69
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do

Objeto: Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público Federal
Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração das Resoluções CNMP n.º 129/2015 e n.º 181/2017. Adequação às disposições do Direito Internacional dos Direitos Humanos, especialmente à decisão do caso Favela Nova Brasília vs. Brasil da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Processo com julgamento iniciado

- 33) Proposição n.º 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

- 34) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Rio Grande do Norte
- 35) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00631/2017-75
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Apuração. Legalidade. Provimento n.º 20/2016, art. 16 e art. 35. Procuradoria Geral de Justiça. Teto remuneratório. Resolução CNMP n.º 09/2006. Decisão proferida no PCA CNMP n.º 1.00940/2016-82.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 22ª Sessão (28/11/2017)

- 36) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00637/2017-05
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessado: Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP n.º 1.00221/2015-07.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão (05/02/2018)

- 37) Proposição nº 1.00299/2017-30
Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da redação do art. 2º, caput, e §§ 3º e 7º, dos artigos 4º e 5º, caput, e acrescenta o § 8º ao art. 2º e o parágrafo único ao art. 7º, todos da Resolução CNMP nº 26/2007. Oitiva da Corregedoria Geral. Pedidos de residência fora da Comarca.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
- 38) Proposição nº 1.00720/2017-02
Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Atuação do Ministério Público em políticas efetivadoras de direitos fundamentais. Diretrizes para a realização ou o referendo de acordos.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
- 39) Proposição nº 1.00940/2017-72
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A criação, extinção ou fusão de órgãos de execução do Ministério Público são medidas afetas à discricionariedade administrativa, e o Conselho Nacional não deve invalidá-las quando não se constatar violação ao interesse público.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (20/02/2018)

- 40) Proposição nº 1.00185/2017-35
Requerente: Conselheiro Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 41) Proposição nº 1.00953/2017-88
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Ilegitimidade ativa ad causam do Sindicato que não tem o indispensável registro no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 42) Proposição nº 1.00962/2017-79
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Necessidade de apresentação das fichas financeiras e folhas de pagamento em um único documento, com a indicação clara e precisa dos pagamentos retroativos e das bases legais de cada rubrica.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão (13/03/2018)

- 43) Pedido de Providências nº 1.00722/2016-20
Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva
Advogado: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP n.º 172.730
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Paraná. Força Tarefa Lava Jato. Violação de garantias e direitos. Afronta ao art. 8º, da Resolução CNMP nº 23/2007. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Paraná

Incluído na Pauta da 6ª Sessão (10/04/2018)

- 44) Proposição nº 1.00109/2018-83
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 160/2017.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão (24/04/2018)

- 45) Pedido de Providências nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
- 46) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varal-da
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 8ª Sessão (15/05/2018)

- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00985/2016-39
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público brasileiro. Visa proibir que seja assegurado aos seus membros o recebimento de auxílio alimentação com efeitos financeiros retroativos até o ano de 2004.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão (12/06/2018)

- 48) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: José Carlos Cruz
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de

Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: São Paulo

Incluído na Pauta da 12ª Sessão (14/08/2018)

- 49) Consulta nº 1.00178/2018-41
Requerente: Ivonei Sfoggia
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Gratificação em virtude de participação em banca de concurso público para ingresso na carreira. Incidência no teto constitucional.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Paraná

Incluídos na Pauta da 20ª Sessão (11/12/2018)

- 50) Consulta nº 1.00990/2018-95
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dever de os órgãos de execução, ao se declararem suspeitos por foro íntimo, levarem o fato ao conhecimento da Corregedoria Estadual. Explicitação das razões que justificaram o ato. Art. 137, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n.º 416/10.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Mato Grosso
- 51) Proposição nº 1.00539/2018-69
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do parágrafo único do artigo 12, da Resolução CNMP n.º 157/2017. Possibilidade de criação de equipes de apoio remoto integradas por membros e/ou servidores do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 52) Proposição nº 1.00540/2018-10
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Inclusão do § 5º ao artigo 1º, da Resolução CNMP n.º 179/2017. Necessidade de aquiescência da pessoa jurídica interessada na hipótese específica de termo de ajustamento de conduta relativo a ato de improbidade administrativa.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
- 53) Proposição n.º 1.00794/2018-39
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 147, do RICNMP.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (26/02/2019)

- 54) Proposição n.º 1.00476/2018-40
Requerente: Luciano Nunes Maia Freire
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Grupos de Atuação e Promotorias de

Justiça com atribuições para atuação em Segurança Pública.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

- 55) Proposição n.º 1.01083/2018-09
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 12, da Resolução n.º 92. Regimento Interno.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 5ª Sessão (09/04/2019)

- 56) Consulta n.º 1.00695/2018-57
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
Interessado: Gilberto Valente Martins – Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exceção à caracterização de nepotismo. Resolução CNMP n.º 192/2018. Possibilidade de aplicação nos casos de cessão de servidor efetivo. Aplicação aos casos previstos na Resolução CNMP n.º 21/2007.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão (23/04/2019)

- 57) Pedido de Providências n.º 1.00312/2018-13
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Amapá
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Determinação de acesso aos autos do Procedimento Investigatório n.º 0000013-71.2016.9.04.0000 aos advogados devidamente constituídos. Desrespeito a Súmula Vinculante n.º 14 do Supremo Tribunal Federal. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Amapá

- 58) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.01150/2018-40
Requerentes: Francineide de Sousa Silva; Luciano Lopes Nogueira Ramos
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessados: José Hamilton Bezerra Lima; Everângela Araújo Barros Parente
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Edital n.º 43/2018. Pedido conjunto de remoção, por permuta. Pedido de aposentadoria. Contrariedade ao disposto no art. 33, incisos II e III, da Resolução do Conselho Superior do Ministério Público. Alegação de violação ao princípio da impessoalidade. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Piauí

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão (14/05/2019)

- 59) Revisão de Processo Disciplinar n.º 1.00974/2018-10
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogado: Mayara Solfyere Lopes Teixeira – OAB/PI n.º 6179
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 014/2017. Decisão proferida pelo Conselho Superior.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho



Origem: Piauí

- 60) Proposição nº 1.00178/2019-31
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do inciso X, transformação do parágrafo único em § 1º e inserção de § 2º no art. 23 do Regimento Interno.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão (28/05/2019)

- 61) Nota Técnica nº 1.00190/2015-21
Requerente: Walter de Agra Júnior
Objeto: Nota Técnica sobre Propostas de Emenda Constitucional de Redução da Idade Mínima de Admissão ao Trabalho e Emprego.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 62) Pedido de Providências nº 1.00145/2017-57
Requerente: Advocacia Geral da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Art. 4, V, da Resolução n.º 09/2006. Cumulação do subsídio dos membros do Ministério Público da União e dos Estados com vantagens pessoais incorporadas decorrentes de exercício de função de direção, chefia ou assessoramento. Impossibilidade de pagamentos de vantagens de incorporação de "quintos". Devolução de valores ao Erário. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 63) Proposição nº 1.00954/2017-31
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A designação de membros do Ministério Público de primeiro grau para exercer função perante a Justiça Eleitoral de primeira instância deve recair sobre o Promotor de Justiça que há mais tempo deixou de exercer a função na zona eleitoral ou que nunca a tenha exercido nessa zona ou em qualquer outra.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 64) Proposição nº 1.00955/2017-95
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se permite o pagamento de verba, remuneratória ou indenizatória, criada por ato da administração superior dos ramos do Ministério Público. As vantagens de caráter indenizatório e a retribuição pelo exercício de determinadas funções, passíveis de recebimento pelos membros do Ministério Público, são apenas as previstas nas respectivas leis orgânicas.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 65) Proposição nº 1.00972/2018-03
Requerentes: Gustavo do Vale Rocha; Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços ministeriais pelas partes, procuradores, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, em todos os seus ramos.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Distrito Federal

- 66) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00139/2019-07
Requerente: Andrea de Carvalho Chaves
Advogada: Denia Erica Gomes Ramos Magalhães – OAB/DF nº 5758
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Reunião de Metas das Promotorias da Ordem Urbanística do Distrito Federal (Prourbs). Ocorrência de ofensas e agressões morais. Possível ocorrência de infração disciplinar ou crimes. Negativa de acesso ao áudio da reunião. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 67) Proposição nº 1.00145/2019-37
Requerente: Luciano Nunes Maia Freire
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Criação de Comissão Especial de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na Proteção e Defesa do Consumidor.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
- 68) Proposição nº 1.00225/2019-83
Requerente: Gustavo do Vale Rocha – Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 173/2017.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão (25/06/2019)

- 69) Proposição nº 1.00622/2017-84
Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Critérios para fins de promoção e remoção por merecimento de membro do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
- 70) Proposição nº 1.00946/2017-02 (Apensos: Processo nº 1.00949/2017-65; Processo nº 1.00951/2017-70; Processo nº 1.00950/2017-17; Processo nº 1.00963/2017-22)
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Formação de listas tríplices para promoção por merecimento, em caso de insuficiência de candidatos no primeiro quinto da lista de antiguidade.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
- 71) Proposição nº 1.00947/2017-58
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A promoção por merecimento, ainda que norteadas por critérios objetivos e eventualmente precedida de avaliação dos candidatos pela Corregedoria local, não prescinde de um natural resquício de subjetividade, devendo os votos do Conselho Superior serem documentados para o caso de se submeterem a posterior controle.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

- 72) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00128/2018-19
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Advogadas: Gabriela Nehme Bemfica – OAB/DF n.º 32.151; Marina Aparecida Mota Gomes – OAB/DF n.º 56.485
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Conduta incompatível com o cargo. Aquisição de imóvel com valor desproporcional à evolução de patrimônio e renda. Portaria CNMP-CN nº 28/2018. Embasado no Procedimento Advogado CNMP nº 0.00.000.000128/2017-20.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 73) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00474/2018-33 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary
Advogado: Fabio Costa de Almeida Ferrario – OAB/AL n.º 3.683
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Alagoas. Falta de cuidado com informações sigilosas requisitadas. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00147/2018-54. Portaria CNMP-CN nº 113/2018.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 74) Proposição nº 1.01141/2018-59
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP n.º 14/2006. Acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 16. Proibição de realização de entrevista pessoal reservada nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 75) Consulta nº 1.00182/2019-54
Requerentes: Ivonei Sfoggia; Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Necessidade de observância do teto constitucional remuneratório. Aplicação do disposto no art. 7º, da Resolução CNMP nº 09/2006. Orientação do Supremo Tribunal Federal.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Paraná
- 76) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00208/2019-55
Requerente: Licia Ferreira Reis
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Concurso público para ingresso na carreira. Cargo de Promotor de Justiça Substituto. Suspensão do ato de convocação dos candidatos cotistas. Violação do art. 6º, § 2º, da Resolução CNMP nº 170/2017. Pedido liminar.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Piauí
- 77) Proposição nº 1.00394/2019-87
Requerente: Sebastião Vieira Caixeta
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Acrescenta o § 2º ao art. 148, do RICNMP.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão (13/08/2019)

- 78) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00926/2017-05
Requerentes: Francisco Antônio Távora Colares; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – SINSEMPECE
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Determinação ao Procurador-Geral de Justiça. Abstenção de efetuar qualquer desconto remuneratório ou qualquer anotação funcional desabonadora. Afastamento de servidor para exercício de mandato classista no período de 17/04/2017 a 27/04/2017. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Ceará
- 79) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01157/2017-35
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Espírito Santo
Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES n.º 21094
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Decisão no Procedimento Administrativo GAMPES nº 201700137748-97, que determinou o afastamento da incidência da Resolução CNMP nº 09/2006. Determinação para o cumprimento do teto remuneratório e restituição de valores recebidos irregularmente aos cofres públicos.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Espírito Santo
- 80) Proposição nº 1.01168/2017-33
Requerente: Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Uniformização das fiscalizações pelos membros dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal, junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência de prática de ato infracional. Decisão proferida no PIC CNMP nº 0.00.000.000014/2017-80.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
- 81) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00330/2018-03
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Marcelo Almeida Sant'anna – OAB/RS n.º 50.756
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Administração de empresa no ramo da avicultura. Conduta incompatível com o cargo. Município de Nonoai. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 57/2018.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal
- 82) Proposição nº 1.01044/2018-84
Requerente: Luciano Nunes Maia Freire
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição, no âmbito dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, de Unidade Socioambiental de Planejamento e de Gestão Ambiental. Adoção de rotinas administrativas ecologicamente sustentáveis. Conscientização institucional para a preservação ambiental.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 83) Reclamação Disciplinar nº 1.01088/2018-87 (Recurso Interno)

Recorrente: Maria Elda Fernandes Melo
Recorridos: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Advogado: Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF n.º 15.774
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em face de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal

- 84) Reclamação Disciplinar n.º 1.01129/2018-07 (Recurso Interno)
Recorrente: Ricardo Paes Sandre
Advogado: Adilson Ramos Junior – OAB/GO n.º 11550
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Advogado: Alexandre lunes Machado – OAB/GO n.º 17275
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Goiás
- 85) Reclamação Disciplinar n.º 1.00160/2019-58 (Recurso Interno)
Recorrente: Maria Elda Fernandes Melo
Recorridos: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Reclamação disciplinar autuada em desfavor de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 86) Pedido de Providências n.º 1.00164/2019-72 (Recurso Interno)
Recorrente: Fernando Reis de Souza
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Impedimento de ingresso no edifício da unidade ministerial da Comarca de Volta Redonda. Promoção de arquivamento de representação contra o mencionado impedimento. Falta de publicidade de decisões.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Rio de Janeiro
- 87) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00187/2019-22 (Recurso Interno)
Recorrentes: Edgar dos Santos Bandeira Filho; Francisco de Assis Rodrigues de Santiago Júnior; Gerson Gomes Pereira; José William Pereira Luz; Leonardo Dantas Cerqueira Monteiro; Roberto Monteiro Carvalho
Recorrido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Lei Complementar Estadual n.º 239. Extinção de Promotorias. Publicação de editais para preenchimento de Promotorias. Consideração para fins de alternância dos critérios de promoção/remoção. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Piauí
- 88) Reclamação Disciplinar n.º 1.00193/2019-52 (Recurso Interno)
Recorrente: Saulo Henrique Silva Caldas – OAB/SE n.º 5.413
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Sergipe
- 89) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00329/2019-33
Requerente: Solange Linhares Barbosa

Advogado: José Fábio Marques Dias Junior – OAB/MT n.º 6.398
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Determinação para que membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso tenham o direito de conhecer e ter acesso à sindicância investigativa ou qualquer procedimento investigativo de natureza disciplinar. Tramitação perante à Corregedoria Geral. Afastamento da interpretação dada ao art. 211, § 4º, da Lei Complementar n.º 416/2010. Pedido liminar.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Mato Grosso

- 90) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00333/2019-56 (Recurso Interno)
Recorrente: Shirlene Kerine Costa
Advogado: Bruno Fabricio Elias Pedrosa – OAB/PI n.º 15339
Recorrido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Irregularidades no indeferimento da inscrição do concurso de remoção. Edital n.º 001/2019, retificado pelo Edital n.º 002/2019. Exclusão do item 1.4 do Edital de Remoção Interna n.º 002/2019. Promotorias de Justiça de Araguaína. Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Pedido liminar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Tocantins
- 91) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 1.00348/2019-79 (Embargos de Declaração)
Embargante: Carmen Santanna – Procuradora-Chefe Substituta da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Embargado: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Militar. Ação de militares do Exército que dispararam 80 tiros contra carro de família no dia 8 de abril, em Guadalupe, Zona Norte do Rio. Competência para processamento e julgamento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Rio de Janeiro
- 92) Correição n.º 1.00372/2019-80
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada em unidades do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 93) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 1.00462/2019-71
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. 7ª Câmara de Coordenação e Revisão. Declaração de nulidade da Nota Técnica n.º 12. Controle externo da atividade policial. Processo e julgamento da possível prática de infrações penais a bordo de helicópteros em intervenções policiais. Pedido liminar.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão (27/08/2019)

- 94) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00314/2016-40
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará –ASSEMPECE

- Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão das renovações de cessões de servidores ao Ministério Público do Estado do Ceará. Ressalvada a cessão para o exercício de cargos em comissão e funções comissionadas. Ilegalidade das cessões.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Ceará
- 95) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00293/2018-06
Requerente: Jussara Maria Pordeus e Silva
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Decisão. Colégio de Procuradores de Justiça. Remoção para a 1ª Promotoria de Justiça de Iranduba. Critério de antiguidade. Resoluções nº 007/2018-CPG, nº 008/2018-CPG e nº 009/2018-CPG. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Amazonas
- 96) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00480/2018-63
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Marcelo Almeida Sant'anna – OAB/RS n.º 50.756
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conduta incompatível com o cargo. Utilização de laudo técnico ideologicamente falso. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 152/2018.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal
- 97) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00481/2018-17
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Marcelo Almeida Sant'anna – OAB/RS n.º 50.756
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conduta incompatível com o cargo. Prática de comércio. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 153/2018.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal
- 98) Reclamação Disciplinar nº 1.00586/2018-20
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 99) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00898/2018-99
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF nº 15.774; José Francisco Rezek – OAB/MG nº 10.083 e OAB/SP nº 249.131
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Manifestação pública indevida. Conduta do Supremo Tribunal Federal. Entrevista concedida ao Jornal da CBN da Rádio CBN. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00762/2018-98. Portaria CNMP-CN nº 201/2018.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal

- 100) Reclamação Disciplinar nº 1.00129/2019-62 (Recurso Interno)
Recorrentes: João Furtado de Mendonça Neto; Marconi Ferreira Perillo Junior
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Goiás
- 101) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00242/2019-01
Requerente: Vanessa de Sousa Costa
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Apuração de irregularidades. Contratação direta. Terceirização de serviços de contabilidade. Atividade de perícia contábil. Prejuízos a aprovados em concurso público para a mencionada função.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Rio Grande do Norte
- 102) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00350/2019-84
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requeridos: Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministérios Públicos dos Estados do Maranhão, de Goiás e de Minas Gerais. Auxílio-livro e auxílio-saúde. Decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou irregular pagamento de auxílio-saúde no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Minas Gerais
- 103) Correição nº 1.00354/2019-07
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada em unidades no interior do Estado de São Paulo – Ministério Público Estadual.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 104) Proposição nº 1.00359/2019-77
Requerente: Luciano Nunes Maia Freire
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Acompanhamento da destinação dos recursos oriundos de medida alternativa aplicada em função de transação penal ou da suspensão condicional do processo, bem como de acordos de não persecução penal, sempre que oriundos de atos atentatórios ao meio ambiente.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 105) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00382/2019-25
Requerente: Paulo José Oliveira Pereira
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. XV Concurso Público para ingresso na carreira de Promotor de Justiça. Horário de fechamento dos portões para realização de exame psicotécnico. Desclassificação. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraíba
- 106) Avocação nº 1.00467/2019-40

Requerente: Nelson Pereira Medrado
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Pedido de Avocação. Processo Administrativo Disciplinar nº 018/2019-CGMP/PA, em trâmite na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará. Pedido liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Pará

- 107) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00485/2019-21
Requerente: Elisa Moura Vieira Marcatti
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. XV Concurso para Promotor de Justiça Substituto. Realização de exame psicotécnico. Impossibilidade de comparecimento por motivo de saúde (gravidez). Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Paraíba

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão (10/09/2019)

- 108) Pedido de Providências nº 1.00854/2017-04
Requerente: Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos
Advogados: Rafael Carlsson Gaudio Custodio – OAB/SP nº 262.284; Henrique Hollunder Apolinario de Souza – OAB/SP nº 388.267; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP nº 101.663
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Harmonização da atuação de membros nas audiências de custódia. Controle externo da atividade policial. Apuração de tortura e maus tratos.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: São Paulo
- 109) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00482/2018-70
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Marcelo Almeida Sant'anna – OAB/RS nº 50.756
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conduta incompatível com o cargo. Prática do comércio. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 154/2018.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal
- 110) Reclamação Disciplinar nº 1.00484/2018-88 (Recurso Interno)
Recorrente: Joaquim da Silva Filho Segundo – OAB/PI nº 8695
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Maranhão
- 111) Proposição nº 1.00956/2018-39
Requerente: Fábio Bastos Stica
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Alteração do art. 24 do RICNMP.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

- 112) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00150/2019-03

Requerente: Ministério Público de Contas do Estado de Goiás
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Despachos de nºs 434/2017, 451/2017 e 596/2017 – PGJ-DG, da lavra do Procurador-Geral de Justiça. Recebimento por parte dos servidores de valores correspondentes à diferença de 11,98% decorrentes da conversão de cruzeiros reais em Unidades Reais de Valores (URV). Alegação de inexistência de fato gerador. Alegação de prescrição. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Goiás

- 113) Proposição nº 1.00186/2019-79
Requerente: Luciano Nunes Maia Freire
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Inclusão da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) no Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
- 114) Reclamação Disciplinar nº 1.00197/2019-77 (Recurso Interno)
Recorrentes: Caroline Luz Zanetti; Luciano Reis Diniz
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Reclamação Disciplinar atuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Minas Gerais
- 115) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00292/2019-34
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Advogado: Renan Sales Vanderlei – OAB/ES nº 15.452
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Processo Administrativo Disciplinar n.º 2017.0022.5499-8. Falta de zelo na atuação funcional. Absolvição por parte do Procurador-Geral de Justiça. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Espírito Santo

Processos desta Sessão (24/09/2019)

- 116) Proposição nº 1.00121/2016-53
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Visa a pacificar e a expressar o direito de manifestação pública e objetiva dos membros do Ministério Público a respeito dos fatos que estiverem sob sua investigação.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 117) Proposição nº 1.00725/2017-80
Requerente: Antônio Pereira Duarte
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Acréscimo dos §§ 1º e 2º ao art. 105 do RICNMP.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 118) Pedido de Providências nº 1.00553/2018-26
Requerente: Departamento de Polícia Federal
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Possibilidade de requisição de

instauração de inquérito policial – instauração prévia de Procedimento Investigatório Criminal pelo Ministério Público Federal. Corregedoria Regional da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

- 119) Pedido de Providências nº 1.00554/2018-80
Requerente: Departamento de Polícia Federal
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Possibilidade de requisição de instauração de Inquérito Policial decorrente de Procedimento Investigatório Criminal do Ministério Público Federal. Resolução n.º 181/2017. Delegacia de Polícia Federal em Macaé.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 120) Reclamação Disciplinar nº 1.00098/2019-95 (Embargos de Declaração)
Embargante: Maria Elda Fernandes Melo
Embargados: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Advogados: Bruna Cabral Vilela – OAB/DF n.º 43447; Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF n.º 15.774; Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF n.º 59118
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 121) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00127/2019-55
Requerente: Sigiloso
Advogado: Eduardo Falcete – OAB/DF n.º 45066
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Decisão da Corregedoria Geral. Indeferimento de pedido de vistas formulado pela autora. Determinação ao Corregedor-Geral para que dê vistas dos autos. Procedimentos IAD 000479.2018.99.900/6 e IAD 000522.2018.99.900/3. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 122) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00253/2019-00 (Embargos de Declaração)
Embargante: Fernando Albuquerque Soares de Souza
Advogados: Marcelo Knoepfelmacher – OAB/SP n.º 169.050; Felipe Locke Cavalcanti – OAB/SP n.º 93.501
Embargado: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar Sumário nº 21/2017. Declaração de absolvição do requerente. Suspensão de 5 dias. Pedido liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: São Paulo
- 123) Reclamação Disciplinar nº 1.00273/2019-07 (Embargos de Declaração)
Embargante: Diogo Castor de Mattos
Advogada: Danyelle da Silva Galvão – OAB/PR n.º 40508
Embargados: Associação Nacional de Desembargadores – ANDES; Supremo Tribunal Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Paraná
- 124) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00445/2019-43



Requerente: Ivan da Ventura
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. 28ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital – Defesa do Meio Ambiente. Inquérito Civil n.º 06.2018.00000917-2. Informações requisitadas à Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM. Alegação de omissão e excesso de prazo.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Santa Catarina

125) Pedido de Providências nº 1.00576/2019-76
Requerente: Edson da Silva Farias
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Denúncia de supostas irregularidades no Horto Florestal da Escola Técnica Santa Isabel. Arquivamento.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Rio Grande do Sul

126) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00592/2019-40
Requerente: Henrique Cesar Pereira Nunes
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria da República no Município de São Raimundo Nonato – PI. Anulação de avaliação de estágio probatório referente ao terceiro período avaliativo. Excesso de prazo para elaboração da mencionada avaliação. Falta de participação do requerente no preenchimento do Plano de Desempenho Individual – PDI. Desrespeito à Portaria PGR nº 577/2010. Pedido Liminar.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Piauí

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sessão de Distribuição Automática de Processos

Sessão: 2198 Data da Sessão: 09/09/2019

Processo: 0.00.000.000091/2019-00

Classe: Procedimento Interno de Comissão

Distribuição Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

Data de distribuição: 06/09/2019

Processo: 1.00647/2019-21

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE FÁBIO BASTOS STICA

Processo: 1.00648/2019-85

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE FÁBIO BASTOS STICA

Processo: 1.00649/2019-39

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO

Processo: 1.00650/2019-90

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE LEONARDO ACCIOLY DA SILVA

Processo: 1.00651/2019-44

Classe: Representação por Inércia ou Excesso de Prazo

Distribuição: GABINETE LAURO MACHADO NOGUEIRA

Processo: 1.00652/2019-06

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO

Data de distribuição: 09/09/2019

Processo: 1.00653/2019-51

Classe: Representação por Inércia ou Excesso de Prazo

Distribuição: GABINETE DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO

Processo: 1.00654/2019-05

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE LEONARDO ACCIOLY DA SILVA

Processo: 1.00655/2019-69

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Data de distribuição: 10/09/2019

Processo: 1.00656/2019-12

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00657/2019-76

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

Processo: 1.00658/2019-20

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Data de distribuição: 11/09/2019

Processo: 1.00659/2019-83

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO

Processo: 1.00660/2019-35

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

Processo: 1.00661/2019-99

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Data de distribuição: 12/09/2019

Processo: 1.00662/2019-42

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE SEBASTIAO VIEIRA CAIXETA

Processo: 1.00663/2019-04

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Eric Lopez Medeiros de Souza
Coordenador de Autuação e Distribuição
SPR/CNMP

PLENÁRIO

DECISÃO LIMINAR DE 12 DE SETEMBRO DE 2019

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 1.00652/2019-06

RELATOR: Conselheiro Valter Shuenquener de Araújo

REQUERENTE: Eliana Peres Torelly de Carvalho – Procuradora Regional da República

ADVOGADOS: Cláudia Maria de Freitas Chagas (OAB-DF nº 6.253), Felipe Gonçalves (OAB/SP nº 323.773) e Raíssa Roese da Rosa (OAB/DF nº 32.568)

REQUERIDO: Ministério Público Federal

DECISÃO

(...) Ex positis, INDEFIRO o pedido de medida liminar.

Sem prejuízo, determino a notificação do Ministério Público Federal para que preste, no prazo de 15 (quinze) dias, as informações que entender cabíveis (art. 126, caput, do RICNMP).

Determino, outrossim, a cientificação da Subprocuradora-Geral da República Samantha Chantal Dobrowolski para que, caso queira, se manifeste da forma que entender pertinente.

Publique-se. Intime-se.

Brasília-DF, 12 de setembro de 2019.

VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO
Conselheiro Relator

DECISÕES DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

PIC Nº 0.00.000.000041/2019-14

Requerente: Comissão da Infância e Juventude

Assunto: Eleições Unificadas dos Conselhos Tutelares do Estado de SP

DECISÃO

(...)Ante o exposto, considerando que o Ministério Público do Estado de São Paulo tomou as devidas providências a fim de viabilizar, dentro dos limites de sua atuação, juntamente com os demais atores envolvidos, a realização da Eleições Unificadas dos Conselhos Tutelares sem a ocorrência de abusos ou fraudes, e considerando não haver outras medidas a serem adotadas, por ora, no âmbito desta Comissão, determino o arquivamento dos autos, nos termos do artigo 43, inciso IX, alínea 'b' do RICNMP

Brasília-DF, 10 de setembro de 2019

LEONARDO ACCIOLY DA SILVA

Conselheiro Nacional do Ministério Público

Presidente da Comissão de Infância e Juventude

PIC Nº 0.00.000.000113/2018-42

Requerente: Comissão da Infância e Juventude

Assunto: Visa a apurar a notícia sobre violência sexual contra criança na Casa de Privação Provisória de Liberdade de Itaitinga, Ceará.

DECISÃO

(...) Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, verifica-se que o MPCE cumpriu seu mister no que se refere ao caso em exame, não existindo razão que justifique o prosseguimento do presente, portanto, DETERMINO o arquivamento deste Procedimento Interno de Comissão, nos termos do artigo 43, inciso IX, letra "b" do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Intime-se a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Ceará.

Brasília-DF, 10 de setembro de 2019

LEONARDO ACCIOLY DA SILVA

Conselheiro Nacional do Ministério Público

Presidente da Comissão de Infância e Juventude

CORREGEDORIA NACIONAL

DECISÃO DE 17 DE AGOSTO DE 2017

CORREIÇÃO Nº 001/2017-19 MP PB

INTERESSADO: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREICIONADO: PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM RECIFE-PE

Conclusão:

Considerando que a única determinação constante no Relatório Conclusivo de Correição foi considerada cumprida, sugere-se sejam os presentes autos arquivados.

Oficiem-se ao Procurador-Geral da Justiça Militar, ao Procurador-Chefe da Unidade e ao Corregedor-Geral do MPM para ciência.

Submeto a presente manifestação à análise do Corregedor Nacional do Ministério Público.

Brasília-DF, 17 de agosto de 2017.

LUDMILA REIS BRITO LOPES
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

DECISÃO:

Acolho a manifestação 118/2017/NAD-MPU e determino a expedição dos ofícios e arquivamento dos autos na forma apontada pelo Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional.

Cumpra-se.

Brasília-DF, 17 de agosto de 2017.

FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA
Corregedor Nacional do Ministério Público (em exercício)